

IMPLICAÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS — SUBSÍDIOS
PARA A SEXEC.

Para que a prática de Educação de Adultos seja concretizada, colocam-se algumas implicações de ordem técnica, administrativa e financeira, a saber:

. criação de um grupo interdepartamental de caráter permanente, integrado à estrutura da Organização, que subsidie tecnicamente a instância administrativa representada pela Secretaria Executiva;

. definição das responsabilidades e competências técnicas dos Departamentos e Divisões quanto à proposta educativa do MOBRAL;

. articulação entre os Departamentos, visando a assegurar uma unidade na concepção, no planejamento e no acompanhamento das atividades da Organização;

. sistematização das orientações técnico-pedagógicas para os projetos de Educação de Adultos do MOBRAL;

. avaliação dos diversos Programas e Projetos em relação à atual sistematização da proposta de Educação de Adultos da Instituição;

. estabelecimento de uma política de cooperação técnica por parte do MOBRAL Central junto às Coordenações;

. revisão e reposicionamento do processo de capacitação dos agentes, considerando-o uma das vertentes da Educação de Adultos do MOBRAL. É necessário ressaltar não só o conteúdo dos Programas/Projetos, como, também, a fundamentação teórica da Educação de Adultos. Deverá ser adotada, ainda, nesse processo de capacitação, uma metodologia coerente com os princípios da educação comunitária;

. revisão do modo de implantação, acompanhamento e sustentação da ação institucional no campo;

- . restabelecimento de uma assistência técnica e administrativa específica para a rede de supervisão, tendo em vista sua atualização quanto à proposta educativa do MOBRAL e frente à sua importância como canal viabilizador da descentralização para o nível municipal;
- . revisão dos aspectos administrativos que influem no recrutamento de agentes e desenvolvimento das ações, buscando soluções alternativas;
- . adoção de medidas administrativas que apoiem o processo da descentralização;
- . busca, principalmente nos momentos de planejamento participativo, de formas alternativas de melhoria de gratificação dos agentes, como, por exemplo:
 - . integração com associações, entidades, organizações de classe que possam cooperar financeiramente;
 - . estudo da possibilidade de agentes mais qualificados assumirem mais de um grupo, acumulando gratificação;
 - . criação de campo de estágio para alunos do 2º grau (de Escolas Normais) e de 3º grau;
 - . diversificação da gratificação oferecida em função da capacidade do agente.
- . dotação de recursos financeiros e materiais suficientes, no nível local e da Coordenação, para o acompanhamento das ações;
- . estudo e busca de financiamento externo para os Programas/Projetos da Instituição, admitindo maior participação dos técnicos nesse processo;
- . hierarquização de investimentos em função das prioridades educativas apontadas pelo campo e dos objetivos-fim da organização;
- . estudo dos critérios de alocação de recursos orçamentários para as Coordenações, não só em termos de Programas, mas em função das demandas educacionais dos Estados/Territórios a partir do Planejamento Participativo;

. estabelecimento de uma metodologia de planejamento que permita compatibilizar as exigências de um ano fiscal com uma estratégia de ação educativa que contenha uma visão prospectiva de atuação no problema do analfabetismo.